

Qual esfinge implacável, a cidade contemporânea nos interpela: "Decifra-me ou te devoro". Cidade do espetáculo, das grandes operações urbanas, dos megaeventos esportivos, das parcerias público-privadas, do marketing e da competição, a cidade contemporânea se afirma como cidade-mercadoria e cidade-empresa. Invocadas inicialmente, há cerca de quinze anos, como metáforas, essas expressões hoje parecem pálidas até mesmo como categorias descritivas. Nunca antes, em nosso e em outros países, a cidade foi investida de maneira tão direta e sem mediações como objeto e campo da valorização do capital.

Partidos políticos de diferentes colorações se igualam na busca dos mesmos objetivos e se submetem aos mesmos modelos: o planejamento estratégico transpõe para a cidade a lógica, os métodos e o *ethos* da corporação capitalista. A política sucumbe diante do negócio, a *city* silencia a *polis*.

A literatura acadêmica tem permitido reunir informações cada vez mais ricas, colhidas em diferentes cidades e continentes, sobre o destino urbano oferecido pelo receituário neoliberal: cidades cada vez mais desiguais, que se espalham pelo território empurrando as camadas inferiores das classes trabalhadoras para as periferias distantes. Enquanto os teóricos do Urbanismo nos falam de "*smart growth*" e incremento de densidades, nossas cidades estendem interminavelmente suas fronteiras, com custos sociais, econômico-financeiros e ambientais crescentes.

Mas o quadro não fica completo se não forem iluminadas as resistências. As ocupações que se espalharam pelo mundo sinalizam o desencontro entre essa cidade e os cidadãos. Em Delhi como no Rio de Janeiro, comunidades frágeis encontram forças para resistir a remoções que promovem novas formas de higienismo, desta feita com forte conotação socioétnica. Apesar de muitas vezes dispersas orgânica e politicamente, as resistências e as insurgências



Maria de Fátima Cabral Marques Gomes
Rosemere Santos Maia
Isabel Cristina da Costa Cardoso
Bruno Alves de França
Organizadores

RENOVAÇÃO URBANA, MERCANTILIZAÇÃO DA CIDADE E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS

Mauad X

14 A ILHA DO FUNDÃO E SEUS MORADORES: um laboratório de experimentações urbanas na cidade do Rio de Janeiro

Leticia de Luna Freire

Neste trabalho, fruto de minha contribuição no Colóquio Internacional Renovação Urbana, Mercantilização das Cidades e Desigualdades Socioespaciais, pretendo trazer, como campo empírico para as reflexões a respeito desses temas, uma região da cidade do Rio de Janeiro que pode ser considerada bastante peculiar, no que se refere tanto à sua constituição como forma urbana quanto à sua caracterização como bairro – no caso, o bairro Cidade Universitária, mais conhecido por Ilha do Fundão. De modo mais específico, busco analisar os processos de transformações urbanas dessa região e a mobilização coletiva de seus habitantes pelo direito ao lugar, tomando como horizonte os diversos projetos que atravessam a sua história, desde a construção do primeiro campus universitário do país, nos anos 1950 e 1960, ao persistente plano municipal de transformação do Rio de Janeiro em “cidade olímpica” nas duas últimas décadas. A perspectiva adotada conduzirá a um inevitável diálogo entre a História, o Urbanismo e a Antropologia, do qual os convido a participar.

1. A ILHA DO FUNDÃO E SEUS HABITANTES

A Ilha do Fundão pode ser entendida, antes de tudo, como uma região artificialmente criada por engenheiros e arquitetos. Situada na Zona Norte, tendo como vizinhos os bairros da Ilha do Governador, onde se localiza o Aeroporto Internacional, e a Maré, um dos maiores conjuntos de favelas da cidade, a região surgiu como efeito desse grande projeto urbano que foi a construção da Cidade Universitária da UFRJ – na época ainda chamada Universidade do Brasil.¹

¹ Primeira universidade do país, a UFRJ surgiu em 1920, através da fusão das faculdades de Medicina, Engenharia e Direito, recebendo na época o nome Universidade do Rio de Janeiro (URJ). Em 1937, passou a ser denominada Universidade do Brasil (UB), e apenas

Essa história começou no início dos anos 1930, quando, por meio do então Ministério da Educação e Saúde, começaram a ser desenvolvidos estudos para se elaborar o projeto de construção do campus universitário, processo que foi acompanhado de calorosos debates nos jornais, nas faculdades e associações profissionais. Durante toda uma década (de 1935 a 1945), muitas comissões técnicas foram criadas e muitos projetos arquitetônicos foram elaborados por famosos arquitetos contratados pelo governo, como o brasileiro Lúcio Costa – que apresentou um polêmico projeto de campus construído sobre as águas da Lagoa Rodrigo de Freitas – e o franco-suíço Le Corbusier – que apresentou um projeto para a Quinta da Boa Vista, integrando o ambiente universitário ao antigo parque imperial.

Da multiplicidade de atores e ideologias envolvidos na construção do campus, prevaleceu a proposta de construí-lo aos moldes do Urbanismo modernista de cunho racionalista, reunindo todos os seus setores num único conjunto dividido em zonas funcionais, com vistas a obter a “almejada formação do espírito universitário” (Oliveira, 2005). Mas a decisão sobre o local onde seria erguida a Cidade Universitária foi um longo capítulo à parte. Tendo em vista a grande diversidade de fatores (técnicos, econômicos, sociais e políticos) em jogo, chegaram a ser cogitadas mais de dez localidades da região metropolitana do Rio de Janeiro.² Somente em 1945 o governo federal decidiu finalmente construí-la sobre um arquipélago de nove ilhas³ existente na antiga Enseada de Inhaúma, entre a ponta do Caju e a Ilha do Governador, a menos de 10 quilômetros do centro.

Antes das obras que mudariam por completo a geografia da região, esse arquipélago era frequentemente descrito como um “paraíso tropical” (Amador, 1997), cenário de pesca e lazer dos visitantes da cidade e habitado em grande parte por famílias de pescadores e pequenos agricultores. A Ilha da Sapucaia, por exemplo, uma das maiores em extensão territorial e uma das

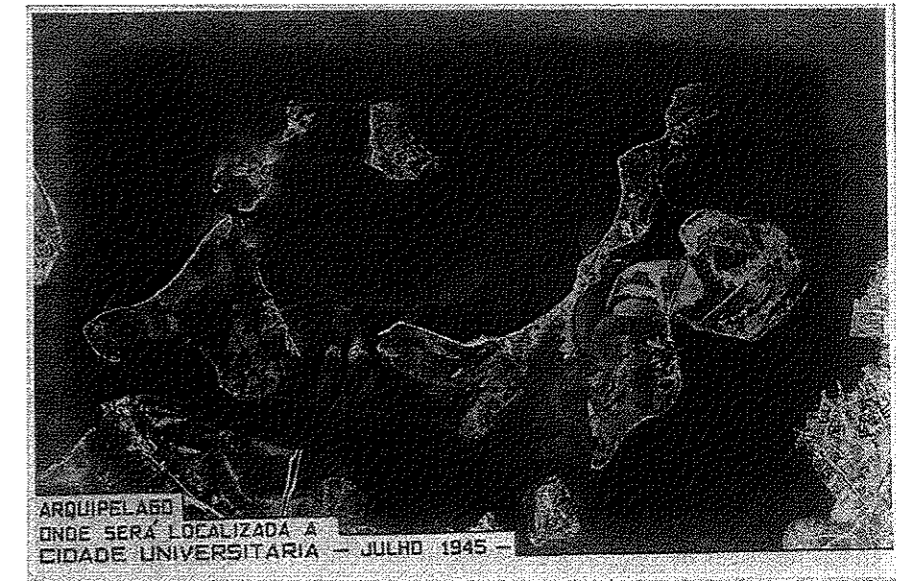
em 1965 recebeu a atual denominação. Sobre a história da instituição, ver Fávero (2000).

² As áreas cogitadas pelos estudos foram: Manguinhos, Ilha do Governador (Aeronáutica), Boa Esperança, Ilha do Governador (Marinha de Guerra), Fazenda Valqueire, Niterói, Quinta da Boa Vista, Praia Vermelha (Castelo), Gávea (Visconde Albuquerque, M. S. Vicente), Vila Valqueire, Castelo e Ilhas do Fundão (Etub, 1952).

³ Fundão, Pindaí do Ferreira, Pindaí do França, Bom Jesus, Sapucaia, Baiacu, Cobras, Catalão e Pinheiro. Prevista de ser incluída na primeira fase das obras, a Ilha do Pinheiro acabou sendo excluída, não escapando, entretanto, dos aterros realizados no início dos anos 1980 pelo conjunto de ações realizadas na região da Maré, visando solucionar o problema das palafitas. A parte plana da antiga ilha foi totalmente ocupada, compondo hoje as favelas da Vila do João, Vila do Pinheiro e Conjunto Pinheiros.

que tinham uma parte administrada pela União, era onde funcionava o antigo vazadouro de lixo do Distrito Federal, e a maioria de seus quatrocentos habitantes trabalhava no Departamento de Limpeza Urbana da antiga capital do país. A Ilha do Fundão, por sua vez, era habitada apenas por algumas famílias de pescadores, cujas canoas, varas e redes estendidas nas árvores criavam o ambiente de um verdadeiro “arraial praieiro”, como descrito, em meados dos anos 1930, em uma reportagem do jornal *Correio da Manhã* (Corrêa, 1936). Aterradas, as ilhas se dissolveriam, dando lugar a uma única ilha com a superfície de mais de 5 milhões de metros quadrados, área hoje equivalente aos bairros de Leblon e Ipanema juntos.

Figura 14.1. Arquipélago da Enseada de Inhaúma sobre o qual seria erguida a Cidade Universitária. Da direita para a esquerda, em sentido horário, as ilhas: Bom Jesus, Sapucaia, Pinheiro, Pindaí do Ferreira, Pindaí do França, Fundão, Baiacu, Cobras e Catalão



Fonte: Acervo do Núcleo de Pesquisa e Documentação, FAU/UFRJ, Brasil, 1945

Figura 14.2. Obras de aterro hidráulico para a construção do campus universitário



Fonte: Acervo do Núcleo de Pesquisa e Documentação, FAU/UFRJ, Brasil, 1950

Durante essa grandiosa obra, trabalhadores de vários estados do país migraram para a região em busca de trabalho e muitos dos antigos ilhéus também foram incorporados como operários. As residências dos ilhéus que ali permaneceram foram lentamente se dispersando pela Cidade Universitária que aos poucos surgia na paisagem, passando algumas delas a estar depois localizadas em áreas centrais do campus, como o entorno do Hospital Universitário e da Reitoria.

No final de 1968, teve início a implantação de outro importante projeto urbano nacional na região: a construção da Ponte Presidente Costa e Silva, mais conhecida como Ponte Rio-Niterói, por conectar as duas cidades, estendendo um dos eixos rodoviários que ligam o país de norte a sul. Para a construção da maior ponte do país, um terreno de 300 mil metros quadrados da antiga Ilha da Sapucaia foi cedido ao consórcio responsável para ser utilizado como principal canteiro de obras, sendo erguida no local uma "pequena cidade operária" (Brasil, s/d., p. 101). Com o término da obra, em 1974, e a Cidade Universitária recém-inaugurada, as residências de madeira construídas para abrigar os operários foram oferecidas pelo consórcio à UFRJ, junto com a devolução do terreno. A Universidade, por sua vez,

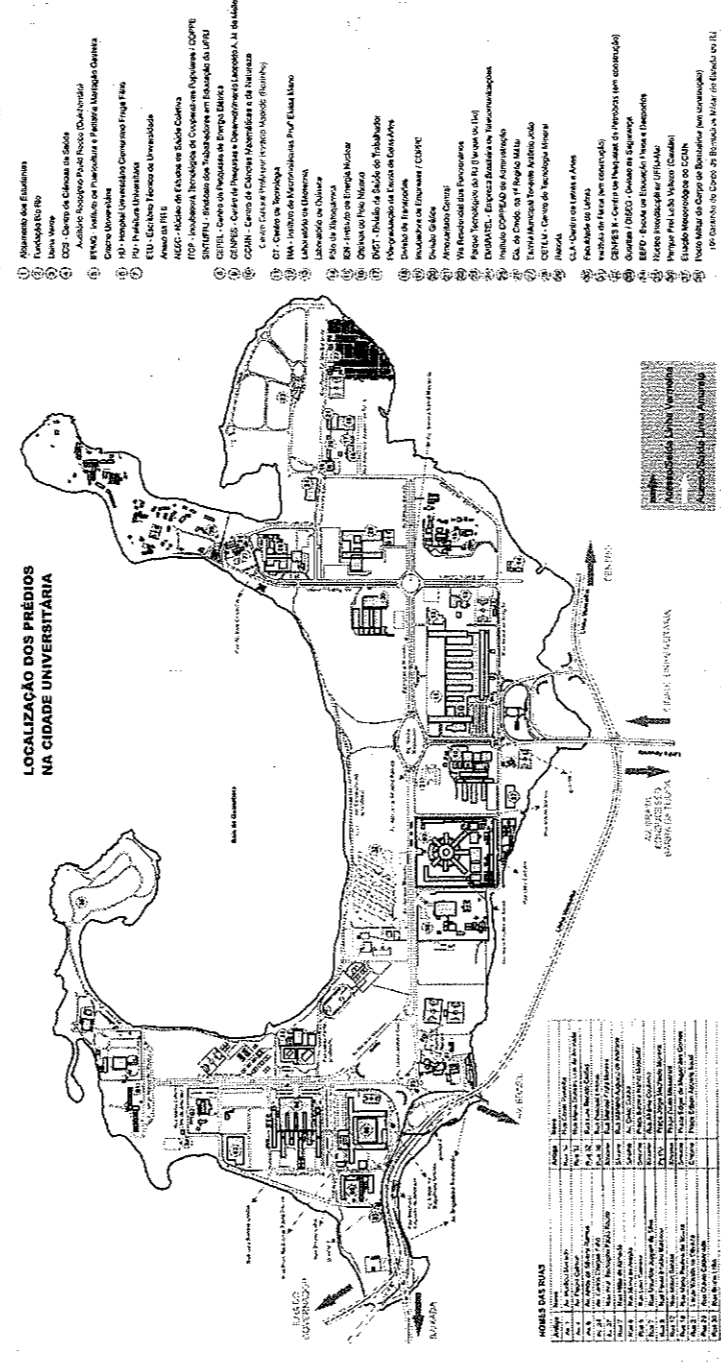
passou a transferir para o local os funcionários que ainda residiam espalhados pelo campus, incluindo os antigos ilhéus, que foram incorporados ao seu quadro funcional. Aos poucos, os moradores transferidos foram se apropriando do espaço, transformando-o em *lugar* (Briggs, 1972).

Uma exceção foi a família do pescador João Silva, oriunda da Ilha da Sapucaia, que, ainda nos anos 1950, conseguiu negociar com a Universidade sua permanência em local próximo à antiga residência, uma vez que sua sobrevivência dependia da pesca na região. Embora dois dos seis filhos tivessem sido incorporados como funcionários da UFRJ, a família recusou deslocar-se para a vila e, ainda que sua história possua íntima relação com a história de vários moradores da localidade, ela permanece na orla da Ilha do Fundão até hoje.

A partir da década de 1980, outros funcionários, que residiam distantes do trabalho, sobretudo em áreas favelizadas, obtiveram autorização da Prefeitura Universitária para residir nos antigos alojamentos dos operários da ponte, na localidade que passou a ser identificada como "Vila Residencial dos Funcionários da UFRJ" e, posteriormente, com a progressiva mudança do perfil da população, apenas como "Vila Residencial da UFRJ" (Freire, 2010).

Embora a Cidade Universitária ocupe atualmente a maior parte da Ilha do Fundão, o bairro não se resume às instalações da UFRJ. Além de diversas empresas (públicas e privadas), há na região uma população de 1.556 habitantes, segundo dados do Instituto Pereira Passos – cerca de 80% proveniente da Vila Residencial. O restante da população refere-se aos moradores da vila militar existente em área da antiga Ilha do Bom Jesus, do alojamento estudantil e à família Silva. Na análise dos projetos urbanos mais recentes para a região, farei referência aqui apenas aos moradores da Vila Residencial e à família Silva, cujas histórias estão diretamente relacionadas à história da Ilha do Fundão.

Figura 14.3. Cidade Universitária hoje, com a concentração de população da Vila Residencial na extremidade leste do mapa



Fonte: Acervo do Núcleo de Pesquisa e Documentação, FAU/UFRJ, Brasil

2. OS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS NA CIDADE E SEUS EFEITOS NA ILHA DO FUNDÃO

Desde meados da década de 1990, durante a primeira gestão do prefeito Cesar Maia, a cidade do Rio de Janeiro vem se empenhando para sediar megaeventos internacionais, sobretudo os esportivos. Mais precisamente, a corrida da Prefeitura teve início em 1995, quando o Rio de Janeiro apresentou sua proposta de candidatura para sediar os Jogos Olímpicos de 2004.

A maioria dos projetos propostos nessa candidatura estava presente no primeiro Plano Estratégico da Cidade, como o Projeto de Despoluição da Baía de Guanabara e a revitalização da área central da cidade, sendo os Jogos Olímpicos destacados como agente catalisador que permitiria “realizar em um período de tempo relativamente curto um conjunto de intervenções indispensáveis para o desenvolvimento econômico e o estímulo funcional da cidade” (RBC, 1996, apud Benedicto, 2008, p. 59). Sugerindo haver um consenso da sociedade sobre a iniciativa, o documento oficial afirmava: “a cidade vê o projeto olímpico como uma oportunidade de renovação do tecido urbano, para recuperar e reconstruir novas infraestruturas e elevar a qualidade de vida” (RBC, 1996, apud Benedicto, 2008, p. 59).

Na proposta submetida ao Comitê Olímpico Internacional (COI), a estruturação do evento estava ancorada na distribuição geográfica das instalações em seis grandes áreas denominadas genericamente parques olímpicos, onde quase todas as competições seriam realizadas. Enquanto centro nevrálgico dos jogos, a Ilha do Fundão, onde boa parte do terreno ainda se encontrava livre, receberia a construção de um estádio, um hospital, o centro internacional de mídia, o centro principal de imprensa, o centro aquático e a vila olímpica. No documento da candidatura, a implantação da Vila Olímpica na região era justificada como representando a consolidação do Plano Geral para a Cidade Universitária, através da criação de uma área residencial para 10 mil estudantes e trezentos professores e suas famílias. A densificação e diversificação de usos da região, então considerada “subutilizada”, e a sua reurbanização em função dos Jogos Olímpicos eram apontados como capazes de incorporar a Ilha do Fundão à chamada “normalidade urbana”. Outra justificativa para concentrar as principais instalações olímpicas na região ancorava-se no quesito segurança, uma vez que a Ilha do Fundão tem seus acessos controlados por guaritas de vigilância.

Antes mesmo de se ter o resultado da disputa entre as cidades candidatas a sediar os Jogos Olímpicos de 2004, a mera intenção de se construir a Vila Olímpica na região foi suficiente para produzir efeitos sobre a vida dos moradores, em particular da família Silva.

A partir dos anos 1970, pouco depois da recusa em ir para a Vila Residencial, a família passou a vivenciar diversos conflitos com a Universidade relacionados à ocupação da área, que culminaram até em tentativas de expulsão, pelo corte de fornecimento de energia elétrica e ameaças verbais – processo que visava transformar os moradores, de autóctones em “invasores”.

Nos anos 1990, quando a Universidade decidiu mover uma ação de reintegração de posse contra os moradores, o conflito passou a ser judicializado. Citando algumas de suas linhas, o processo fundamentava-se na argumentação de que a UFRJ, “dado a grandeza de suas dimensões”, sofria “todos os problemas gerados pela insegurança que se instalou nos grandes centros urbanos”, e que o agravamento do problema habitacional teria iniciado um “processo de desvirtuamento” na utilização das áreas pertencentes à Universidade, o que vinha prejudicando grandemente seu objetivo de “fomentar o desenvolvimento com ensino superior de alto nível”. Entre as acusações, constavam a ocupação de “bem público de uso comum do povo” e a existência de “atividades comerciais irregulares”. Merece destaque, contudo, aquela que seria provavelmente a principal razão para desapropriar a área ocupada: o projeto urbano previsto para a Ilha do Fundão na candidatura olímpica. Afinal, segundo termos do processo, os “máximos esforços” estavam sendo empregados “para colocar o Campus da Ilha do Fundão em condições para receber os membros do Comitê Olímpico Internacional”, que visitariam, em novembro de 1996, o local onde se planejava construir a Vila Olímpica (Freire, 2010).

Em 1998, no entanto, o Rio de Janeiro foi eliminado da disputa, enterrando a promessa de reestruturação urbana da Ilha do Fundão. Nesse mesmo ano, a cidade seria, porém, convidada pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB) para representar o Brasil nas disputas pelos Jogos Pan-Americanos de 2007. As aspirações a esse megaevento esportivo seguiriam parâmetros razoavelmente diferentes de localização dos equipamentos e escalas de intervenção. A grande novidade da nova candidatura consistia justamente na concentração de equipamentos na Barra da Tijuca, região da Zona Oeste da cidade que vivia pleno processo de expansão, atraindo altos investimentos imobiliários voltados a uma parcela da população com alto poder aquisitivo.

Ao ser aprovado o Rio de Janeiro como sede dos Jogos Pan-Americanos, muitos dos projetos que foram apresentados no dossiê de candidatura não foram, todavia, colocados em prática, fazendo que o evento deixasse mais ônus do que legado.⁴ Apesar dessa experiência malsucedida, a cidade já ha-

⁴ Um breve balanço dessa experiência pode ser visto em Omena (2011).

via postulado sua candidatura para sediar os Jogos Olímpicos de 2012, cuja proposta muito se assemelhava à que tinha sido apresentada para os Jogos Pan-Americanos. A candidatura Rio 2012, entretanto, foi mais um fracasso na empreitada da cidade em sediar um megaevento esportivo.

Apesar disso, como sabemos, o Rio de Janeiro foi eleito pela Federação Internacional de Futebol (Fifa) como uma das cidades-sedes da Copa do Mundo de 2014, e, mais recentemente, eleito pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) como sede dos Jogos Olímpicos de 2016 – o que vem tornando a cidade foco da atenção de todo o mundo. Desde a divulgação da notícia, a cidade tem vivido uma nova rotina impulsionada pelas ações dos governos municipal, estadual e federal no sentido de prepará-la para a realização dos megaeventos. Em relação à segurança, por exemplo, estado e município (unidos politicamente) têm implementado um ambicioso plano de “pacificação das favelas”. Em relação à política urbana, muitos foram os projetos criados ou que têm sido oportunamente implantados, como a revitalização da Zona Portuária e a expansão da malha viária.

Enquanto no projeto Rio 2004 a Ilha do Fundão era o centro das instalações olímpicas, agora ela é objeto apenas de intervenções específicas na área de mobilidade urbana, particularmente por compor o trajeto imediato de entrada e saída dos visitantes da cidade. De acordo com o sítio eletrônico criado pela Prefeitura para divulgar “como será o Rio em 2016”,⁵ o projeto prevê a construção de um corredor expresso (a chamada Transcarioca) de 41 quilômetros, ligando a Barra da Tijuca ao Aeroporto Internacional, cruzando por diversos bairros das Zonas Norte e Oeste da cidade. Na altura da Ilha do Fundão, prevê-se a construção de um viaduto, uma ponte sobre o Canal do Fundão e a Linha Vermelha e uma ponte estaiada sobre a Baía de Guanabara, ligando as ilhas do Fundão e do Governador.

Fato é que, desde a primeira candidatura, os megaeventos esportivos têm se transformado numa das estratégias mais utilizadas pelos governos locais e promotores urbanos para empreender e justificar a renovação de algumas partes da cidade. Essa “renovação” tem correspondido, entretanto, à adoção de um modelo neoliberal conhecido como “planejamento estratégico”, em que a cidade passa a ser concebida como uma mercadoria e administrada como uma empresa (Vainer, 2000). Nesse modelo, os megaeventos internacionais representam uma oportunidade privilegiada para acirrar a competição e aquecer o mercado urbano. E quem costuma pagar a conta desses megaeventos esportivos organizados por entidades privadas – Fifa e COI – e implementados, como se diz por aqui, “a ferro e fogo” pelo poder público, geralmente é a população mais pobre e mais

⁵ Disponível em www.cidadeolimpica.com.br.

vulnerável. As consequências da adoção desse modelo de cidade infelizmente a população já conheceu durante a experiência dos Jogos Pan-Americanos de 2007, quando muitos conflitos urbanos se acirraram, gerando remoções forçadas e morte de civis durante grandes operações policiais em favelas.⁶

Entre os habitantes da Ilha do Fundão, a expectativa em relação à realização dos megaeventos tem se refletido de diferentes maneiras. No caso da Vila Residencial, o conflito vivenciado há décadas com a Universidade em relação à gestão da área adquiriu distintos contornos nos últimos anos. Em 2000, após a ocorrência de um sequestro-relâmpago de um professor visitante por parte de dois jovens moradores, a localidade passou a ser, mais do que nunca, acusada moralmente de ser uma “favela” que colocava em risco a comunidade universitária e deveria, portanto, ser removida do campus. A intensa mobilização política dos moradores fez, porém, que conseguissem conquistar muitos aliados, dentro e fora da Universidade, afastando a ameaça de remoção. Mais do que isso, quando o contexto político-universitário já estava mais favorável ao diálogo, conseguiram negociar junto ao Ministério das Cidades a regularização fundiária da área. Nesse processo, que vem se concretizando desde 2007, a precedência dos antigos moradores e a demanda de reconhecimento de seu valor como sujeitos que ajudaram a construir a história da Universidade são os pilares da reivindicação do seu direito de permanecer no local (Freire, 2010).

A inteligência sociológica dos moradores permitiu-lhes ainda ter o senso de oportunidade para aproveitar o novo contexto social e político de modo a reverter a seu favor as intervenções urbanas previstas para a região por conta da realização dos megaeventos. Pois se a candidatura da cidade para sediar os Jogos Olímpicos de 2004 já previa tirar da gaveta o antigo projeto de Despoluição da Baía de Guanabara, o projeto da cidade em sediar os Jogos Olímpicos de 2016 levou o Governo do Estado a finalmente dar início, em 2009, à revitalização e recuperação do canal que circunda boa parte da Ilha do Fundão. E, como os moradores da Vila Residencial buscaram denunciar em diferentes arenas públicas, seria um imenso contrassenso do poder público despoluir a baía e todo o esgoto da localidade continuar sendo nela despejado. Assim, foram legitimando o processo de regularização fundiária, incluindo as obras de saneamento e urbanização da localidade no projeto de despoluição do Canal do Fundão. Na solenidade de inauguração das obras, o governador Sérgio Cabral explicitou, porém, para além da questão ambiental e social, a preocupação em transformar a região em um verdadeiro

⁶ Benedicto (2008) apresenta uma extensa análise dos impactos sociais da realização dos Jogos Pan-Americanos na cidade.

“cartão-postal”, com vistas a aumentar a chance de a cidade sediar os Jogos Olímpicos de 2016 – escolha que foi anunciada pelo COI poucos meses depois.

Finalmente, ainda que não esteja no epicentro das atuais intervenções em prol da construção da “cidade olímpica”, a Ilha do Fundão também vem sendo afetada pelo processo de mercantilização em curso. Como exemplo, basta citar a rápida elevação dos preços dos imóveis, para compra e aluguel, na Vila Residencial, o crescente aumento do número de empresas privadas no Parque Tecnológico, vizinho à localidade, e a recente desapropriação de uma extensa área da antiga Ilha do Bom Jesus (até então ocupada pela vila militar) para a instalação do primeiro parque tecnológico do país com infraestrutura sustentável, concentrando empresas de alta tecnologia, profissionais especializados e pesquisadores da UFRJ. Se, por um lado, a atração de tantos empreendimentos baseados na parceria público-privada (as chamadas PPP) tem sido apontada na grande mídia como sinal de desenvolvimento da região, para os moradores seus efeitos a longo prazo ainda são obscuros. De todo modo, se as cidades são, como já dizia Jane Jacobs (2000), um imenso laboratório de tentativa e erro, fracasso e sucesso, em termos de construção e desenho urbano, não podemos negar que a Ilha do Fundão tem sido, desde sua criação, um verdadeiro laboratório de experimentações urbanas.

BIBLIOGRAFIA

- AMADOR, Elmo da Silva. *Baía de Guanabara e ecossistemas periféricos: homem e natureza*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1997.
- BENEDICTO, Danielle Barros de Moura. *Desafiando o coro dos contentes: vozes dissonantes no processo de implementação dos Jogos Pan-Americanos, Rio 2007*. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.
- BRASIL. Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. *Ponte Presidente Costa e Silva*, s/d.
- BRIGGS, Asa. O conceito de lugar. In: *A humanização do meio ambiente. Simpósio do Instituto Smithsonian*. São Paulo: Cultrix, 1972.
- ETUB. Escritório Técnico da Universidade do Brasil. *Cidade Universitária da Universidade do Brasil*. Relatório do Escritório Técnico, 1952.
- FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. *Universidade do Brasil: das origens à construção*. Rio de Janeiro: UFRJ/Comped/Mec/Inep, 2000.
- FREIRE, Leticia de Luna. *Próximo ao saber, longe do progresso: história e morfologia*

social de um assentamento urbano no campus universitário da Ilha do Fundão. Tese de Doutorado em Antropologia. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em Antropologia, 2010.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MAGALHÃES CORRÊA, Armando. Águas cariocas: a Guanabara como natureza. *Jornal Correio da Manhã*, 28/06/1936, Suplemento, p. 1.

OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de. *Das Ilhas à Cidade: a Universidade visível. A construção da Cidade Universitária da Universidade do Brasil (1935-1950)*. Dissertação de Mestrado em História Comparada. Rio de Janeiro: UFRJ, Programa de Pós-graduação em História Comparada, 2005.

OMENA, Erick. Desafios no caminho para o "Rio 2016": o que nos dizem as experiências anteriores? *E-metropolis. Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 4, p. 14-24, mar. 2011. Disponível em: http://www.emetropolis.net/index.php?option=com_content&view=article&id=58&Itemid=40&lang=pt. Acesso em: 10 jul. 2012.

VAINER, Carlos Bernardo. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos Bernardo; MARICATO, Ermínia (orgs). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 75-103.

15 GESTÃO DE CIDADES, INFRAESTRUTURA E DISCURSO DE DIMINUIÇÃO DA POBREZA DO BID: notas sobre Brasil e Argentina

Joana Valente Santana

INTRODUÇÃO

Estudiosos importantes sobre a questão urbana e a cidade capitalista, a exemplo de Lojkin (1997) e Harvey (2005), vêm expondo, com nitidez, a histórica desigualdade social e econômica na apropriação e no uso do solo no modo de produção capitalista. Em tempos recentes, a produção do espaço capitalista tem sido orientada por um modelo de planejamento urbano que privilegia a dimensão técnica da gestão. Desse ponto de vista, os administradores urbanos devem, a partir de um posicionamento eficiente, tornar as cidades embelezadas para que possam competir por investimentos empresariais e atrair turistas que se constituem em demanda solvável (Vainer, 2002).

Este artigo discute o papel do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no processo de produção e reprodução do capital a partir da análise do modelo de gestão de cidades produzido e difundido por esse banco para os países latino-americanos onde, sob a aparência da diminuição da pobreza, investe no processo de infraestruturação de cidades. A reflexão busca evidenciar o núcleo central (o modo de ser) do BID, a partir do estudo dos projetos aprovados na América Latina e o Caribe, no período de 1960 a 2011, e dos documentos e textos produzidos pelos especialistas urbanos do banco, com destaque para o Programa Melhoramento de Bairros.¹

¹ As reflexões fazem parte dos estudos de estágio pós-doutoral feitos na Universidade de Buenos Aires (Centro de Investigaciones Habitat y Municipio, da Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo) e contou com Bolsa da Capes (Programa de Estágio Pós-Doutoral no Exterior. Processo número 1532/11-1), com o Projeto de pesquisa "Banco Interamericano de Desenvolvimento e modelo de gestão de cidades: estudo da lógica e intervenção urbanística em Belém (Brasil) e Buenos Aires (Argentina)".